



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da TELESP CELULAR S.A., submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005. **A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04		31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Circulante:					Circulante:				
Disponibilidades	92.658	35.455	94.593	37.669	Pessoal, encargos e benefícios sociais	69.102	73.793	69.102	73.793
Contas a receber, líquidas	852.323	853.969	852.323	853.969	Fornecedores e contas a pagar	842.574	971.859	842.574	971.859
Estoques	163.359	203.245	163.359	203.245	Impostos, taxas e contribuições	192.319	177.479	192.319	177.479
Adiantamentos a fornecedores	14.241	42.991	14.241	42.991	Empréstimos e financiamentos	318.038	831.711	300.281	811.575
Tributos diferidos e a recuperar	444.108	400.282	444.108	400.282	Juros sobre o capital próprio e dividendos	41.366	470.720	41.366	470.720
Despesas antecipadas	100.787	89.790	100.787	89.790	Provisão para contingências	75.114	58.397	75.114	58.397
Operações com derivativos	297.880	7.803	297.880	7.803	Operações com derivativos	84.091	77.661	84.091	77.661
Outros ativos	75.625	102.579	75.625	102.579	Outras obrigações	111.859	96.435	95.330	77.495
	2.040.981	1.736.114	2.042.916	1.738.328		1.734.463	2.758.055	1.700.177	2.718.979
Realizável a longo prazo:					Exigível a longo prazo:				
Tributos diferidos e a recuperar	539.779	711.874	539.779	711.874	Empréstimos e financiamentos	1.185.220	328.513	1.185.220	328.513
Operações com derivativos	1.880	385.297	1.880	385.297	Provisão para contingências	69.011	61.391	69.011	61.391
Despesas antecipadas	12.216	16.418	12.216	16.418	Operações com derivativos	143.770	15.293	143.770	15.293
Outros ativos	31.426	27.641	31.426	27.641	Outras obrigações	20.025	16.667	20.025	16.667
	585.301	1.141.230	585.301	1.141.230		1.418.026	421.864	1.418.026	421.864
Permanente:					Patrimônio líquido:				
Investimentos	36.221	46.994	-	5.704	Capital social	2.176.311	1.879.820	2.176.311	1.879.820
Imobilizado, líquido	3.498.017	3.167.747	3.498.017	3.167.747	Reservas de capital	696.363	989.366	696.363	989.366
Diferido, líquido	44.162	54.351	44.162	54.351	Reservas de lucros	179.519	97.331	179.519	97.331
	3.578.400	3.269.092	3.542.179	3.227.802		3.052.193	2.966.517	3.052.193	2.966.517
Total do ativo	6.204.682	6.146.436	6.170.396	6.107.360	Total do passivo	6.204.682	6.146.436	6.170.396	6.107.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Serviços de telecomunicações	4.735.510	4.572.453	4.735.510	4.572.453
Vendas de mercadorias	1.243.697	1.209.476	1.243.697	1.209.476
Receita operacional bruta	5.979.207	5.781.929	5.979.207	5.781.929
Deduções da receita bruta	(1.598.285)	(1.452.841)	(1.598.285)	(1.452.841)
Receita operacional líquida	4.380.922	4.329.088	4.380.922	4.329.088
Custo dos serviços prestados	(951.602)	(963.281)	(951.602)	(963.281)
Custo das mercadorias vendidas	(887.939)	(905.298)	(887.939)	(905.298)
Lucro bruto	2.541.381	2.460.509	2.541.381	2.460.509
Despesas com vendas	(1.535.719)	(1.173.977)	(1.535.719)	(1.173.977)
Despesas gerais e administrativas	(417.626)	(385.372)	(417.626)	(385.372)
Outras despesas operacionais	(119.977)	(102.381)	(119.977)	(102.381)
Outras receitas operacionais	135.091	132.327	135.091	132.327
Equivalência patrimonial	(5.069)	(3.881)	-	-
Receitas (despesas) operacionais	(1.943.300)	(1.533.284)	(1.938.231)	(1.529.403)
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras	598.081	927.225	603.150	931.106
Despesas financeiras	(602.180)	(464.453)	(607.249)	(468.334)
Juros sobre capital próprio pago	(48.665)	(274.068)	(48.665)	(274.068)
Receitas financeiras	259.252	144.355	259.252	144.355
Lucro operacional	206.488	333.059	206.488	333.059
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(42.726)	(40.260)	(42.726)	(40.260)
Lucro antes dos tributos e da reversão dos juros sobre o capital próprio	163.762	292.799	163.762	292.799
Imposto de renda e contribuição social	(81.574)	(105.182)	(81.574)	(105.182)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	82.188	187.617	82.188	187.617
Reversão dos juros sobre o capital próprio	48.665	274.068	48.665	274.068
Lucro líquido do exercício	130.853	461.685	130.853	461.685
Lucro líquido por ação (em reais)	1,57	5,55		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
ORIGENS DOS RECURSOS:				
Das operações (Vide a seguir)	963.081	1.186.039	958.012	1.182.158
De terceiros:				
Empréstimos e financiamentos	772.122	108.949	772.122	108.949
Reserva de capital - doações	3.488	-	3.488	-
Transferência do ativo permanente para o circulante	3.954	2.609	3.954	2.609
Aumento de contas a receber de empresas associadas a longo prazo	-	15.553	-	15.553
Redução de tributos diferidos e a recuperar	12.943	-	12.943	-
Provisão para perdas com investimentos	5.704	-	5.704	-
Aumento do passivo exigível de longo prazo	2.397	-	2.397	-
Transferência de empréstimos, financiamentos e derivativos do passivo circulante para o exigível a longo prazo	157.370	-	157.370	-
Transferência do ativo realizável a longo prazo para o circulante	529.408	-	529.408	-
Total das origens	2.450.467	1.313.150	2.445.398	1.309.269
APLICAÇÕES DOS RECURSOS:				
Adições ao ativo imobilizado	1.013.416	758.211	1.013.416	758.211
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	-	168.095	-	168.095
Juros sobre capital próprio e dividendos	48.665	912.490	48.665	912.490
Adições ao ativo diferido	480	1.955	480	1.955
Ingresso tributos diferidos e a recuperar	6.991	-	6.991	-
Aumento do realizável a longo prazo	52.456	28.944	52.456	28.944
Transferência do ativo circulante para o realizável a longo prazo	-	80.762	-	80.762
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.704	-	5.704
Total da aplicação	1.122.008	1.956.161	1.122.008	1.956.161
Aumento (redução) do capital circulante líquido	1.328.459	(643.011)	1.323.390	(646.892)
Demonstração do capital circulante líquido				
Ativo circulante				
No início do exercício	1.736.114	1.938.798	1.738.328	1.941.225
No fim do exercício	2.040.981	1.736.114	2.042.916	1.738.328
Aumento (redução)	304.867	(202.684)	304.588	(202.897)
Passivo circulante				
No início do exercício	2.758.055	2.317.728	2.718.979	2.274.984
No fim do exercício	1.734.463	2.758.055	1.700.177	2.718.979
Aumento (redução)	(1.023.592)	440.327	(1.018.802)	443.995
Aumento (redução) do capital circulante líquido	1.328.459	(643.011)	1.323.390	(646.892)
Composição dos recursos originados (aplicados) nas operações				
	Controladora	31.12.04	Consolidado	31.12.04
Lucro líquido do exercício	130.853	461.685	130.853	461.685
Depreciação e amortização	656.537	601.925	656.537	601.925
Variação monetária e cambial de longo prazo	(104.940)	45.942	(104.940)	45.942
Baixa dos ativos permanentes	32.453	41.212	32.453	41.212
Provisão para contingências	8.547	38.116	8.547	38.116
Provisão (reversão) para fundo de pensão	34	(188)	34	(188)
Tributos diferidos e a recuperar	-	(6.534)	-	(6.534)
Resultado de equivalência patrimonial	5.069	3.881	-	-
Perda em contratos a termo e de swaps	233.657	-	233.657	-
Rateio da depreciação de sistemas compartilhados	871	-	871	-
Despesas que não afetam o capital circulante líquido:	963.081	1.186.039	958.012	1.182.158
Total	1.093.934	1.647.724	1.088.865	1.643.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004
(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital		Reservas de Lucro		Patrimônio Líquido
		Doações e Subvenções	Especial de Ágio	Reserva Legal	Reserva de Lucros para Expansão	
Saldos em 31 de dezembro de 2003	1.879.820	-	989.366	74.247	-	3.417.322
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	461.685
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva Legal	-	-	-	23.084	-	(23.084)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(274.068)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(638.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	1.879.820	-	989.366	97.331	-	2.966.517
Doações e subvenções	-	3.488	-	-	-	3.488
Aumento de capital com reservas	296.491	-	(296.491)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	130.853
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	-	6.543	-	(6.543)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(48.665)
Reserva para expansão	-	-	-	-	75.645	(75.645)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	2.176.311	3.488	692.875	103.874	75.645	3.052.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Telesp Celular S.A. ("TC" ou "Sociedade") é uma sociedade de capital fechado, controlada, pela Telesp Celular Participações S.A. ("TCP" ou "Controladora"), atualmente detentora de 100% do capital social.

A Sociedade explora serviços de telefonia móvel no Estado de São Paulo, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com a autorização que lhe foi outorgada.

A autorização concedida à Sociedade tem vigência até 05 de agosto de 2008, e é renovável uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento de taxas anuais equivalentes a aproximadamente 1% do faturamento anual.

Os negócios da Sociedade, incluindo os serviços adicionais que pode prover, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, autoridade regulamentadora dos serviços de telecomunicações, de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos complementares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado) e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 247/96 e incluem os saldos e transações da TC e das controladas Telesp Celular International Ltd. e Telesp Celular Overseas Ltd.

As empresas controladas são consolidadas integralmente. Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas foram eliminados.

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2004 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Caixa, bancos e aplicações financeiras**

Representam os saldos existentes em caixa e bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares e acessórios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída provisão para os créditos cujas chances de recuperação são consideradas remotas.

d) Conversão das transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado. A variação cambial e os prêmios dos contratos de derivativos são apurados e contabilizados mensalmente, independente dos prazos para liquidação.

e) Estoques

São representados pelos aparelhos celulares e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição. Foi constituída provisão para ajuste a valor de realização sobre os aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Sociedade em um período razoável de tempo.

f) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

g) Outros ativos

Os subsídios praticados nas vendas de terminais aos agentes credenciados são diferidos, sendo reconhecidos no resultado à medida que as habilitações destes terminais acontecem.

h) Investimentos

As participações societárias permanentes em controladas estão registradas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior estão atualizadas pela taxa de câmbio na data do encerramento do balanço patrimonial. As práticas contábeis das controladas são consistentes com as adotadas pela controladora. Os demais investimentos são registrados pelo custo histórico.

i) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, cujas taxas utilizadas estão de acordo com as expectativas de vida útil desses ativos (vide nota 11). Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do exercício. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, que não é superior ao prazo de locação.

j) Diferido

O ágio apurado na aquisição da Ceterp Celular S.A. pela TC em 27 de novembro de 2000, a qual foi subsequentemente incorporada, está sendo amortizado pelo prazo de dez anos.

Foram registrados como ativo diferido os valores de fundo de comércio referentes às lojas próprias, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos de locação.

k) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis às diferenças temporárias, aos prejuízos fiscais e à base negativa de contribuição social são registrados pela Sociedade no ativo, no pressuposto de sua realização futura.

l) Empréstimos e financiamentos

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial e juros incorridos até a data do balanço.

m) Taxa FISTEL

O valor da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL paga sobre a ativação de novos clientes, geradas mensalmente ao longo do ano, é diferido para amortização durante o período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses.

n) Provisão para contingências

É determinada com base em opiniões de consultores jurídicos e da Administração, quanto ao provável resultado de assuntos pendentes e está atualizada até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

o) Provisão para fundo de pensão

Os passivos atuariais estão calculados com base no método do crédito unitário projetado e os ativos dos planos estão apresentados pelo valor justo de mercado. Os ganhos e perdas atuariais são registrados imediatamente no resultado do exercício. Eventuais déficits (excesso de obrigações atuariais sobre os ativos do plano) são reconhecidos ao final de cada exercício. Na ausência de perspectiva para redução de contribuições futuras, superávits não são reconhecidos (nota 27).

p) Reconhecimento das receitas

A receita de serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. A receita não faturada é calculada e reconhecida como resultado quando os serviços são prestados. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

q) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos obtidos e concedidos.

r) Derivativos

A Sociedade possui alguns derivativos em moeda estrangeira com o objetivo de administrar sua exposição à flutuação das taxas de juros e taxas de câmbio referentes a seu fluxo de caixa em moeda estrangeira. Esses derivativos são registrados às taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial e os prêmios pagos ou recebidos antecipadamente são diferidos para amortização no período de vigência dos respectivos contratos. Os ganhos e perdas, realizados ou não, calculados exclusivamente com base nas condições contratadas, são registrados como despesas financeiras líquidas.

s) Participação dos empregados nos lucros e resultados

São feitas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos lucros e resultados.

t) Lucro líquido por ação

Está calculado com base no número de ações em circulação na data de levantamento do balanço patrimonial.

u) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração prepare estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados.

4. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Caixa e bancos	67.283	23.222	69.218	25.436
Aplicações financeiras	25.375	12.233	25.375	12.233
Total	<u>92.658</u>	<u>35.455</u>	<u>94.593</u>	<u>37.669</u>

As aplicações referem-se, na sua maioria, a operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI"), com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Valores a receber de serviços a faturar	138.967	109.616
Valores a receber de serviços faturados	450.382	463.172
Valores a receber de interconexão	261.793	197.796
Valores a receber de mercadorias vendidas	135.466	175.282
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(134.285)	(91.897)
Total	<u>852.323</u>	<u>853.969</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Saldo no início do ano	91.897	88.513
Complemento de provisão	273.204	194.263
Baixas e recuperações	(230.816)	(190.879)
Saldo em 31 de dezembro	<u>134.285</u>	<u>91.897</u>

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Aparelhos celulares	182.533	216.523
Acessórios e outros	3.608	3.337
(-) Provisão para obsolescência	(22.782)	(16.615)
Total	<u>163.359</u>	<u>203.245</u>

7. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04

Contribuição social e imposto de renda antecipados	38.134	45.563
Imposto de renda retido na fonte	1.725	60.188
ICMS a recuperar	94.843	134.179
PIS e COFINS a recuperar	62.660	44.445
Outros a recuperar	486	1.120
Total de impostos a recuperar	<u>197.848</u>	<u>285.495</u>
Contribuição social e imposto de renda diferidos	764.913	816.339
ICMS a apropriar	21.126	10.322
Total	<u>983.887</u>	<u>1.112.156</u>
Circulante	444.108	400.282
Longo prazo	539.779	711.874

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04

Crédito fiscal incorporado - reestruturação	425.164	533.718
Créditos tributários sobre provisões de:		
Obsolescência	7.746	5.649
Contingências	49.003	40.728
Créditos de liquidação duvidosa	45.657	31.245
Programa de fidelização	4.759	1.243
Participação de empregados	9.710	10.134
Fornecedores	43.171	35.504
Outros valores	34.517	-
Prejuízo fiscal e base negativa	145.186	158.118
Total de tributos diferidos	<u>764.913</u>	<u>816.339</u>
Circulante	275.185	133.908
Longo prazo	489.728	682.431

Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

a) **Prejuízo fiscal e base negativa:** serão compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios.

b) **Crédito fiscal incorporado:** representado pelo saldo líquido de ágio e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (nota 28). Sua realização ocorre proporcionalmente à amortização do ágio, cujo prazo é de 10 anos. Estudos de consultores externos utilizados no processo de reestruturação societária suportam a recuperação do valor neste prazo.

c) **Diferenças temporárias:** a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda com créditos de liquidação duvidosa ou da realização dos estoques.

A Sociedade elaborou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos, como definido pela Instrução CVM nº 371.

O cronograma de realização dos referidos impostos diferidos é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
2006	275.185	
2007	108.553	
2008	114.222	
2009 em diante	<u>266.953</u>	
Total	<u>764.913</u>	

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Taxa FISTEL	35.917	46.721
Aluguéis	9.772	9.323
Propagandas a distribuir	59.674	40.257
Encargos financeiros	-	455
Incentivos comerciais	3.179	7.106
Outros	4.461	2.346
Total	<u>113.003</u>	<u>106.208</u>
Circulante	100.787	89.790
Longo prazo	12.216	16.418

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Depósitos judiciais	56.556	47.781
Adiantamento a empregados	1.978	1.950
Créditos com fornecedores	8.904	19.396
Créditos com empresas do grupo	25.858	29.098
Subsídio na venda de terminais	12.360	31.243
Outros ativos	1.395	752
Total	<u>107.051</u>	<u>130.220</u>
Circulante	75.625	102.579
Longo prazo	31.426	27.641

10. INVESTIMENTOS**a) Informações das controladas**

Investidas	Total de participação %	Patrimônio líquido em		Lucro líquido (prejuízo) em	
		31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04

Telesp Celular International Ltd.	100	36.253	41.319	(182)	(210)
Telesp Celular Overseas Ltd.	100	(32)	(29)	7	-

b) Composição e movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Investimento em controladas	36.221	41.290	-	-
Outros investimentos	-	5.704	-	5.704
Total	<u>36.221</u>	<u>46.994</u>	-	<u>5.704</u>

	TC		TC		Total	Total
	International	Overseas	Total	Total		
Saldo no início do ano	41.319	(29)	41.290	45.171		
Equivalência patrimonial	(182)	7	(175)	(210)		
Variação cambial	(4.884)	(10)	(4.894)	(3.671)		
Saldo no final do ano	<u>36.253</u>	<u>(32)</u>	<u>36.221</u>	<u>41.290</u>		

11. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	Taxas anuais de depreciação - %	Custo	Controladora e Consolidado		
			31.12.05	31.12.04	
Equipamentos de transmissão	10,00 a 20,00	2.423.402	(1.461.271)	962.131	820.747
Equipamentos de computação	10,00 a 20,00	1.443.655	(711.956)	731.699	591.172
Infra-estrutura	4,00 a 20,00	989.173	(485.213)	503.960	563.244
Terrenos	-	37.394	-	37.394	37.394
Direito de uso de software	20,00	1.231.794	(589.210)	642.584	338.448
Prédios	2,86 a 4,00	119.663	(26.944)	92.720	95.446
Equipamentos terminais	10,00 a 66,67	340.822	(255.428)	85.394	81.673
Outros ativos	6,67 a 20,00	475.686	(213.925)	261.761	160.662
Bens e instalações em andamento	-	180.374	-	180.374	478.961
Total		<u>7.241.963</u>	<u>(3.743.947)</u>	<u>3.498.017</u>	<u>3.167.747</u>

12. DIFERIDO

	Taxas anuais de amortização - %	Controladora e Consolidado	
		31.12.05	31.12.04
Despesas pré-operacionais:			
Ágio - Ceterp Celular S.A.	10,00	84.265	84.265
Fundo de comércio	(a)	11.301	10.821
		<u>95.566</u>	<u>95.086</u>

Amortização acumulada:

Ágio - Ceterp Celular S.A.	(42.834)	(34.408)
Fundo de comércio	(8.570)	(6.327)
	<u>(51.404)</u>	<u>(40.735)</u>
Total do diferido, líquido	<u>44.162</u>	<u>54.351</u>

(a) De acordo com os prazos contratuais.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	Controlada e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Fornecedores	655.692	647.770
Interconexão/interligação	24.508	89.533
Valores a repassar SMP (a)	120.332	196.210
Assistência técnica (nota 29)	25.978	33.709
Outros	16.064	4.637
Total	<u>842.574</u>	



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Cronograma de pagamento

Os montantes a longo prazo têm o vencimento para o ano 2007.

c) Coberturas

Em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade possuía posições de "hedge" cambial nos montantes de US\$592.382, €2.482 e ¥10.788.308 (US\$416.746, €25.247 e ¥3.868.847 em 31 de dezembro de 2004) para cobertura do total de suas obrigações cambiais. Em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade tinha registrado um ganho acumulado de R\$71.899 (R\$300.146 em 31 de dezembro de 2004) nestas operações de "hedge" cambial apresentado no balanço patrimonial como segue:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Ativo circulante	297.880	7.803
Realizável a longo prazo	1.880	385.297
Total do ativo	299.760	393.100
Passivo circulante	(84.091)	(77.661)
Exigível a longo prazo	(143.770)	(15.293)
Total do passivo	(227.861)	(92.954)
Ganho acumulado	71.899	300.146

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Serviços a prestar pré-pago	74.537	67.909	74.537	67.909
Provisão para programa de fidelização (a)	13.997	3.656	13.997	3.656
Outras obrigações com empresas do grupo	21.998	24.706	5.469	5.766
Provisão para fundo de pensão	225	191	225	191
Outras	21.127	16.640	21.127	16.640
Total	131.884	113.102	115.355	94.162
Circulante	111.859	96.435	95.330	77.495
Longo prazo	20.025	16.667	20.025	16.667

(a) A Sociedade possui programas de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos. Os pontos acumulados, líquido de resgates, são provisionados considerando os dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade possui contingências administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

A composição dos saldos das provisões é como se segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Trabalhistas	17.159	14.444
Cíveis	42.966	28.181
Tributárias	84.000	77.163
Total	144.125	119.788
Circulante	75.114	58.397
Longo prazo	69.011	61.391

A movimentação da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, é como segue:

	31.12.05
Saldo no início do ano	119.788
Constituição de provisões, líquida de reversões	21.929
Varição monetária	7.169
Pagamentos	(4.761)
Saldo no final do ano	144.125

17.1. Processos Tributários

17.1.1. Perda Provável

a) COFINS

A Sociedade foi autuada (processo nº 19515.000.700/2003-97) por ter efetuado compensação da COFINS, nos meses de janeiro a fevereiro de 2000, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS recolhida no ano de 1999, após compensação com a CSLL. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2005 é de R\$24.671 (R\$24.671 em 31 de dezembro de 2004).

17.1.2. Perda Possível

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira e, exceto pelo PIS e COFINS (item "a.1" abaixo), não constituiu provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2005.

a) PIS e COFINS

a.1) Lei nº 9.718/98

Em 27 de novembro de 1998, o cálculo do PIS e COFINS foi alterado pela Lei nº 9.718, a qual: i) aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3%; ii) autorizou a dedução de até 1/3 do montante da COFINS, do montante da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e também; iii) aumentou indiretamente a COFINS e o PIS devidos, determinando a inclusão das receitas excedentes ao faturamento em suas bases de cálculo.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 09 de novembro de 2005, firmou posicionamento acerca da inconstitucionalidade das modificações na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS introduzidas pela Lei nº 9.718/98, objeto de inúmeras ações judiciais propostas por contribuintes em geral e pela Companhia. Na apreciação dos Recursos Extraordinários nºs 357.950, 390.840, 358.273 e 346.084, foi declarada a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da referida Lei, que havia determinado que essas contribuições incidiriam não apenas sobre o faturamento, mas sobre "a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas".

Diante desta manifestação do Plenário do Supremo Tribunal Federal, o escritório que patrocina os interesses da Sociedade nessa discussão judicial fez o reequilíbrio da classificação da probabilidade de êxito, quanto ao alargamento das bases de cálculo do PIS e da COFINS, de perda possível para perda remota.

A classificação da probabilidade de êxito da discussão judicial acerca do aumento da alíquota da COFINS permanece como perda possível. Conservadoramente, a Administração manteve a provisão, a qual em 31 de dezembro de 2005 montava a R\$59.329 e aguardará o julgamento final destas ações.

Por força das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, a Sociedade passou a incluir as receitas excedentes ao faturamento nas bases de cálculo do PIS e da COFINS.

a.2) Majoração da Base de Cálculo

A Sociedade recebeu autuações (processos nºs 19515.000701/2003-28 e 19515.000699/2003-97) no montante de R\$2.365 (PIS - R\$421; COFINS - R\$1.944), em razão da majoração das bases de cálculo do PIS e da COFINS instituída pela Lei nº 9.718/98. As referidas autuações estão sendo questionadas pela Sociedade na esfera administrativa.

a.3) CIDE

Trata-se de questionamento visando afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc. O montante envolvido nessa demanda corresponde a R\$26.377.

17.2. Processos Cíveis e Trabalhistas

Inclui diversas demandas trabalhistas e cíveis, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Em relação às demandas cuja possibilidade de perda seja classificada como possível, o valor envolvido é de R\$33.240 para as demandas cíveis e de R\$29.747 para demandas trabalhistas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o capital social é composto por 83.155.768 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Sociedade e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem os dividendos mínimos de 25% do resultado do exercício.

Os dividendos devidos, antes de imputados os juros sobre o capital próprio foram calculados como segue:

	31.12.05	31.12.04
Lucro líquido do exercício	130.853	461.685
Apropriação à reserva legal	(6.543)	(23.084)
Lucro líquido ajustado	124.310	438.601
Dividendo mínimo obrigatório	31.078	109.650
Juros sobre capital próprio bruto	48.665	274.068
IRF sobre juros sobre capital próprio	(7.300)	(41.110)
Juros sobre capital próprio líquido	41.365	232.958
Dividendo complementar	-	638.422
	41.365	871.380
	83.155.768	83.155.768

Número de ações ordinárias

Dividendos e juros sobre o capital próprio

propostos 41.365 871.380

Dividendos e juros sobre capital próprio

por ação (em reais) 0,4974 10,4789

c) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Sociedade, a qual será capitalizada em favor do acionista controlador, quando da efetiva realização do benefício fiscal.

d) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício até que essa reserva seja igual a 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital; a partir de então, as apropriações a essa reserva não são mais obrigatórias. Essa reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Assinatura	51.368	77.633
Utilização	2.418.569	2.208.461
Adicional de chamadas	75.886	56.802
Interconexão	1.841.057	1.913.694
Serviços de dados	270.211	199.009
Outros serviços	78.419	116.854
Receita bruta de serviços	4.735.510	4.572.453
ICMS	(728.945)	(669.037)
PIS e COFINS	(171.248)	(167.306)
ISS	(1.715)	(1.588)
Descontos concedidos	(133.058)	(76.964)
Receita operacional líquida de serviços	3.700.544	3.657.558
Receita bruta de aparelhos celulares e acessórios	1.243.697	1.209.476
ICMS	(75.179)	(78.322)
PIS e COFINS	(77.013)	(69.856)
Descontos concedidos	(361.769)	(324.015)
Devolução de vendas	(49.358)	(65.753)
Receita operacional líquida da venda de aparelhos celulares e acessórios	680.378	671.530
Total da receita operacional líquida	4.380.922	4.329.088

20. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Pessoal	(31.955)	(31.507)
Materiais	(1.194)	(2.478)
Serviços de terceiros	(121.649)	(111.968)
Meios de conexão	(73.450)	(74.660)
Aluguéis, seguros e condomínios	(66.028)	(64.581)
Interconexão	(81.755)	(130.364)
Impostos, taxas e contribuições	(170.240)	(140.145)
Depreciação e amortização	(404.642)	(407.189)
Outros insumos	(689)	(389)
Custo dos serviços prestados	(951.602)	(963.281)
Custo das mercadorias vendidas	(887.939)	(905.298)
Total	(1.839.541)	(1.868.579)

21. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Pessoal	(102.150)	(95.222)
Materiais	(14.876)	(20.937)
Serviços de terceiros	(773.227)	(530.230)
Publicidade	(202.771)	(195.285)
Aluguéis, seguros e condomínios	(28.221)	(20.953)
Impostos, taxas e contribuições	(889)	(840)
Depreciação e amortização	(126.582)	(107.200)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(273.204)	(194.263)
Outros insumos	(13.799)	(9.047)
Total	(1.535.719)	(1.173.977)

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Pessoal	(71.633)	(70.257)
Materiais	(3.583)	(2.781)
Serviços de terceiros	(188.453)	(189.132)
Aluguéis, seguros e condomínios	(26.221)	(28.111)
Impostos, taxas e contribuições	(2.799)	(7.556)
Depreciação e amortização	(114.644)	(77.255)
Outros insumos	(10.293)	(10.280)
Total	(417.626)	(385.372)

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Receitas:		
Multas	43.471	42.469
Despesas recuperadas	19.947	40.628
Reversão de provisões	1.478	252
Infra-estrutura compartilhada/EILD	7.249	3.229
Incentivos comerciais	49.293	39.566
Outras	13.653	6.183
Total	135.091	132.327
Despesas:		
FUST	(18.926)	(17.490)
FUNTEL	(9.463)	(8.634)
ICMS s/ outros gastos	(13.247)	(1.537)
CIDE	(3.739)	-
PIS e COFINS s/ outras receitas	(21.472)	(17.112)
Outros impostos, taxas e contribuições	(15.144)	(23.674)
Provisão para contingências	(23.407)	(15.789)
Amortização do diferido	(2.243)	(1.855)
Amortização do ágio	(8.426)	(8.426)
Outras	(3.910)	(7.864)
Total	(119.977)	(102.381)

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.05	31.12.04	31.12.05	31.12.04
Receitas financeiras				
Receitas de operações financeiras	22.711	35.425	22.711	35.425
Variações monetárias/ cambiais ativas	236.670	114.953	236.670	114.953
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(129)	(6.023)	(129)	(6.023)
Total	259.252	144.355	259.252	144.355
Despesas financeiras				
Despesas de operações financeiras	(149.034)	(173.851)	(149.034)	(173.851)
Variações monetárias/ cambiais passivas	(10.419)	(29.394)	(15.488)	(33.275)
Operações de "hedge", líquidas	(442.727)	(261.208)	(442.727)	(261.208)
Total	(602.180)	(464.453)	(607.249)	(468.334)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Sociedade provisiona as parcelas para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, conforme nota 7. A seguir, a composição da despesa com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Despesa de imposto de renda	(101.980)	2.619
Despesa de contribuição social	(36.720)	753
Imposto de renda diferido	42.005	(79.819)
Contribuição social diferida	15.121	(28.735)
Total	(81.574)	(105.182)

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos impostos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Lucro antes dos impostos	163.762	292.799
Despesa tributária pela alíquota oficial combinada	(55.679)	(99.552)
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(25.710)	-
Doações/Descontos indedutíveis	-	(6.157)
Exclusões permanentes:		
Ajuste DIPJ	-	24
Outras exclusões	(185)	503
Despesa tributária	(81.574)	(105.182)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Considerações sobre risco

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de Crédito: decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de telecomunicações prestados a seus clientes e das vendas de aparelhos para a rede de distribuidores, bem como do risco relativo a aplicações financeiras e valores a receber de operações de "swap".

Risco de Taxas de Juros: decorre da parcela da dívida e das posições passivas em derivativos contratados a taxas flutuantes, e envolve o risco das despesas financeiras subirem por um movimento desfavorável nas taxas de juros (principalmente Libor e CDI).

Risco de Taxas de Câmbio: possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A Sociedade exerce uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que está sujeita, através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes que permitam mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

Risco de Crédito

O risco de crédito relativo à prestação de serviços de telecomunicações é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de aparelhos pós-pagos. Em 31 de dezembro de 2005 a Sociedade tem 83,01% (82,64% em 31 de dezembro de 2004) da sua base de clientes na modalidade pré-pago, que requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito.

O risco de crédito na venda de aparelhos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de "credit scoring", análise de balanço e consulta a bases de dados comerciais bem como o controle automático de liberação das vendas integrado com o módulo de distribuição do software ERP da SAP.

A Sociedade também está sujeita ao risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e valores a receber de operações de "swap". A Sociedade atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de Taxas de Juros



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis. Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias, portanto as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

27. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL, como segue:

a) **PBS-A:** Plano de benefício definido, multipatrocinado, destinado aos participantes já assistidos que se encontravam em tal condição em 31 de janeiro de 2000.

b) **PBS-Telesp Celular:** Planos de benefícios definidos de aposentadoria patrocinados individualmente pelas Sociedades.

c) **PAMA:** Plano multipatrocinado de assistência médica aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

As contribuições para o plano PBS-Telesp Celular é determinada com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio dos planos PBS-Telesp Celular e 1,5% ao plano PAMA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 não foram efetuadas contribuições para este plano (R\$6 em 31 de dezembro de 2004).

d) **Plano TCP Prev:** planos individuais de contribuição definida, instituídos pela SISTEL em agosto de 2000. A Sociedade arca com os riscos de morte e invalidez dos participantes em ambos os planos. As contribuições da Sociedade ao plano TCP Prev são iguais às dos participantes, variando de 1% a 8% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 as contribuições para esses planos foram de R\$3.706 (R\$2.933 em 31 de dezembro de 2004).

A avaliação atuarial dos planos foi feita em dezembro de 2005 e 2004, com base no cadastro dos participantes de setembro de 2005 e 2004, respectivamente, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado. Para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano. O valor total da obrigação reconhecida em 31 de dezembro de 2005 foi de R\$225.

Através da ação ordinária nº 04/081.668-0, movida pela ASTEL contra a Fundação Sistel de Seguridade Social, na qual são citadas, além da Sistel, a Telefônica e a Telesp Celular, são formulados diversos pleitos, resumidos a seguir: i) que a Sistel seja proibida de cobrar dos aposentados e demais inscritos quaisquer contribuições referentes ao PAMA - Plano de Assistência Médica aos Aposentados, cabendo aos mesmos o pagamento apenas de "uma participação módica nas utilizações realizadas", participação esta limitada a 1% da remuneração mensal do assistido; ii) que a Sistel reinscreva no PAMA, sem quaisquer restrições, os aposentados e assistidos que estão com suas inscrições suspensas por inadimplência, bem como aqueles que não suportaram a pressão e pediram o cancelamento da inscrição no PAMA

ou aderiram ao PCE (Plano de Coberturas Especiais), se quiserem, também sem qualquer restrição; iii) que a Sistel reavalié as necessidades econômicas do PAMA, inclusive dos valores das contribuições mensais das patrocinadoras Telefônica e Telesp Celular; iv) que a contribuição das patrocinadoras seja calculada com base na folha de todos os seus empregados, conforme anterior disposição estatutária, e não pelo percentual sobre a folha dos participantes ativos do PBS; v) que a Sistel restabeleça o credenciamento de todos os hospitais, clínicas e laboratórios descredenciados; vi) que seja procedida uma revisão da distribuição contábil do patrimônio, de sorte a atribuir ao PAMA os valores relativos ao fator redutor das suplementações, na forma acima exposta, devendo a Sistel, enquanto a referida revisão não for feita, ficar proibida de qualquer cisão do patrimônio líquido do plano PBS-A ou qualquer outro plano gerido pela Entidade; vii) que a Sistel e as patrocinadoras reponham a "transferência de patrimônio do substrato principal destinado à garantia do PBS-2 e PAMA, portadas ilegalmente para o Plano Visão Telesp e Visão Prev da Telesp Celular"; viii) concessão de tutela antecipada quanto aos itens "a", "b" e "e".

A Sociedade, através de sua assessoria atuarial elaborou estudo considerando os impactos acima descritos, portanto, a alteração no custeio na forma pleiteada pela Ação Ordinária da ASTEL representa um agravamento nas provisões da Sociedade no montante de R\$824.

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que nesse momento não existe risco de pagamento, sendo que em 31 de dezembro de 2005 a probabilidade de perda foi classificada como possível.

28. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 14 de janeiro de 2000, foi concluído o processo de reestruturação societária, no qual foi transferido o ágio pago no processo de desestatização da controladora para a Sociedade.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade possuem contas específicas relacionadas com ágio e provisão incorporados e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 são como segue:

	Saldos na Data da Incorporação	Controladora e Consolidado 31.12.05	31.12.04
Balanco:			
Ágio - incorporado	3.192.738	1.250.488	1.569.762
Provisão incorporada	(2.127.694)	(825.324)	(1.036.044)
Saldo	<u>1.065.044</u>	<u>425.164</u>	<u>533.718</u>
		Controladora e Consolidado 31.12.05	31.12.04
Resultado:			
Amortização do ágio		319.274	319.274
Reversão da provisão		(210.720)	(210.720)
Crédito fiscal		(108.554)	(108.554)
Efeito no resultado		<u>=</u>	<u>=</u>

Como demonstrado, a amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Sociedade nas demonstrações financeiras, o valor líquido de

R\$425.164 em 31 de dezembro de 2005 (R\$533.718 em 31 de dezembro de 2004), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no realizável a longo prazo como impostos diferidos (nota 7).

O crédito fiscal incorporado está sendo capitalizado na medida de sua realização efetiva. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade realizou R\$108.554 de benefício fiscal por conta da reestruturação.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas não consolidadas são:

a) **Comunicação via celular local e para longas distâncias e uso de rede:** essas transações envolvem as empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador: Telecomunicações de São Paulo S.A., Telerj Celular S.A., Telesp Celular S.A., Teleshia Celular S.A., Telergipe Celular S.A., Celular CRT S.A. e Global Telecom S.A. Parte dessas transações foi estabelecida com base em contratos firmados pela TELEBRÁS com as operadoras concessionárias em período anterior à privatização, sendo as condições regulamentadas pela ANATEL. Inclui serviços de atendimento de clientes da Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN em "roaming" na rede da Sociedade.

b) **Assistência técnica:** refere-se à prestação de serviços de assessoria de gestão empresarial pela PT SGPS, calculado com base em percentual aplicado sobre a receita líquida de serviços atualizados pela variação da moeda.

c) **Empréstimos e financiamentos:** representam os empréstimos entre empresas pertencentes ao grupo Portugal Telecom, conforme nota 15.

d) **Prestação de serviços corporativos:** os quais são repassados às Sociedades controladas pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.

e) **Prestação de serviços de tele-atendimento:** pela Dedic aos usuários dos serviços de telecomunicações da Sociedade, contratado por 12 meses renováveis por igual período.

f) **Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas:** pela PT Inovação.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas não consolidadas:

	Consolidado	
	31.12.05	31.12.04
Ativo:		
Disponibilidades	1.935	2.214
Contas a receber, líquidas	183.658	159.870
Créditos com empresas do grupo	25.858	29.098
Passivo:		
Fornecedores e contas a pagar	(99.885)	(305.859)
Assistência técnica	(25.978)	(33.709)
Empréstimos e financiamentos	-	(329.382)
Obrigações com empresas do grupo	(5.469)	(5.766)
Receitas de serviços de telecomunicações	1.590.699	1.673.497
Custo de vendas e serviços	(221.756)	(288.125)
Despesas com vendas	(177.775)	(132.017)
Despesas gerais e administrativas	(59.322)	(76.500)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	14.121	(3.945)

DIRETORIA

ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA
Diretor Presidente

LUIS FILIPE SARAIVA CASTEL-BRANCO DE AVELAR
Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação e
Vice-Presidente de TI e Engenharia de Produtos e Serviços

JAVIER RODRÍGUEZ GARCÍA
Vice-Presidente de Tecnologia e Redes
GUILHERME PORTELA SANTOS
Vice-Presidente de Clientes

CLAIRTON MORAES DE SANTANA
Contador - CRC 1SP196529/O-2

ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA
Vice-Presidente de Regulamentação e Relações Institucionais
PAULO CESAR PEREIRA TEIXEIRA
Vice-Presidente Executivo de Finanças, Planejamento e Controle e
Vice-Presidente Executivo de Operações